

## ESCOLA PÚBLICA ATUAL OU CÍVICO-MILITAR? COM A PALAVRA PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE VILA RICA/MT

Mônica Strege Médici<sup>1</sup>, Domenico dos Santos Médici<sup>2</sup>, Marcelo Franco Leão<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo do estudo foi analisar as percepções dos professores e estudantes de uma escola pública mato-grossense sobre o significado da escola pública atual e a possibilidade de militarização desse espaço educativo. O estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, ocorreu em janeiro de 2020 e que envolveu 29 investigados, professores e estudantes de uma escola pública de Vila Rica/MT. Como instrumento de coleta dados, foi utilizado um questionário contendo 4 questões abertas. Ampla maioria dos investigados considera a escola pública atual como um espaço democrático e de livre pensamento, capaz de formar cidadãos críticos para viver em sociedade. Poucos estudantes manifestaram que gostariam que essa escola adotasse o modelo cívico-militar. Logo, essa reflexão precisa ser aprofundada, para que somente após compreender sobre os modelos de escola do sistema educacional brasileiro (atual e cívico-militar) a comunidade escolar consiga ter maturidade para escolher a melhor maneira da educação acontecer.

**Palavras-chave:** comunidade escolar; militarização; modelos de gestão.

- 
- 1 Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharel em Ecologia (Centro Universitário de Várzea Grande). Especialização em Ensino de Biologia (Universidade Candido Mendes). Mestrado em andamento em Educação (Universidade Federal do Tocantins). Membro do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências e Matemática no Baixo Araguaia (EnCiMa). Professora efetiva na Escola Estadual Professora Maria Esther Peres, Vila Rica, Mato Grosso, Brasil.
  - 2 Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). Pós-Graduação em Educação Física Escolar. Professor da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (SEDUC). Atualmente atua como diretor da Escola Estadual Maria Esther Peres, Vila Rica, Mato Grosso, Brasil.
  - 3 Graduado em Licenciatura em Química (UNISC) e em Física (UNEMAT). Pós-graduado em Orientação Educacional (Dom Alberto) e em Relações Raciais na Educação e na sociedade Brasileira (UFMT). Mestre em Ensino (UNIVATES). Doutorando em Educação em Ciências (UFRGS). Professor do IFMT Campus Confresa-MT.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a sociedade brasileira vive intensos conflitos no campo ideológico, cujos embates estão cada vez mais acentuados, o que pode gerar atos de violência. Sendo a escola um reflexo da sociedade, é perceptível que a mesma reflita este comportamento. Cabe ressaltar que o papel da escola vai muito além de disciplinas ou conteúdos, ela é o espaço que propicia a formação integral dos sujeitos. Assim, espera-se que no ato de educar se preponderem os conflitos sob uma perspectiva crítica e emancipatória, permitindo que os indivíduos sejam capazes de refletir sobre a sociedade e seus desafios.

Estudos como o de Ledesma (2010), relatam a evolução histórica da educação brasileira, ou seja, apontam o percurso da educação desde sua gênese. Isso permite ampliar nossa visão no sentido de compreender a história educacional deste país, e assim, ficar alerta para as tendências que surgem, entre elas a militarização da escola pública e o projeto da escola sem partido. Essas tendências atuais visam impor um rigor disciplinar e ideológico às escolas públicas brasileiras, como sendo a única alternativa de promover melhorias na educação.

Em contraposição a esse pensamento, Gusmão (2013) elucida que o significado da qualidade da educação está vinculado ao livre pensamento, a autonomia, a capacidade de iniciativa e a independência intelectual dos sujeitos. De forma sucinta, o autor esclarece que o termo “qualidade na educação” pode ter inúmeros significados que podem se constituir em “armas” para o discurso ideológico.

De acordo com Souza (2019), a luta por educação pública de qualidade é secular no Brasil. Na atualidade, a educação necessita resistir aos constantes ataques dos governantes, seja pela supressão de recursos ou pela tentativa de construir um ideário equivocado da ineficiência do modelo atual de gestão escolar. Temos visto que a situação se agravou de forma severa, em especial nos últimos dois anos, independente da modalidade de ensino, em todo território nacional.

Para compreender o contexto educacional atual, marcado por conflitos ideológicos, trazemos o estudo recente de Scheibe e Campos (2018), o qual levanta importantes aspectos da educação brasileira ao longo de décadas. Os autores afirmam que, historicamente, a educação brasileira é atacada pelas elites.

Ademais, um preocupante fenômeno social que vem ganhando espaço no Brasil é a proposta de militarização da escola pública. A forma com que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares vem sendo implantado acaba por restringir a autonomia das escolas públicas de Educação Básica, locais esses em que se buscava a criticidade, a democracia e o livre pensamento como princípios fundamentais de desenvolvimento humana e exercício da cidadania.

De acordo com Zan e Krawczyk (2019, p. 647), na escola militar “o aprendizado passa a ser substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento”.

Estudos recentes apontam que a militarização de escolas não é o caminho para melhoria na educação, pelo contrário, é um retrocesso no sentido de exclusão da maioria dos estudantes e também por limitar e restringir a autonomia e o pensamento crítico. Zan e Krawczyk (2019) consideram esse fenômeno como um ataque à escola pública e à democracia, ou seja, a militarização e a escola sem partido são projetos tendenciosos, capazes de transformar a educação em um campo de disputa de concepções, o que é altamente destrutivo e que, infelizmente, estão em curso no Brasil.

Referente a implementação de escolas cívico-militares, Mendonça (2019) faz uma crítica sobre qual perfil de pessoa essa escola irá formar: se um cidadão consciente, atuante e participativo; ou se alguém acrítico, apático e treinado para bater continência, como um soldadinho de chumbo. O referido texto apresenta uma importante reflexão que compara os dois modelos de escolas a escola livre e democrática frente à escola com a gestão militarizada.

Também Basílio (2019) escreve um artigo que apresenta graves denúncias realizadas por cerca de 80 mães sobre os mais diferentes abusos sofridos por estudantes e professores em uma escola administrada pela polícia militar no estado do Amazonas, o que reforça a tese que as escolas militares produzem a “cultura do medo”.

Frente ao exposto, este estudo propõe analisar as percepções dos professores e estudantes de uma escola pública mato-grossense sobre o significado da escola pública atual e a possibilidade de militarização desse espaço educativo.

## **2 REFLEXÕES SOBRE A CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Estender o acesso à educação pública, gratuita, laica e de qualidade é uma luta encampada por uma pequena parcela da sociedade brasileira há muito tempo. Essas lutas pelo direito universal à educação pública são materializadas em diversas manifestações e movimentos, tais como: Pioneiros da Educação, movimentos populares urbanos de lutas por escola, movimentos de educação popular, entre outros (SOUZA, 2019). O manifesto dos pioneiros contribuiu para a construção da escola como espaço público, de debate, contestação e argumentação, isso para que o sistema educacional brasileiro fosse democrático e acessível a todos.

No entanto, com o golpe militar de 1964, o governo mudou a perspectiva em relação à educação e uma nova política educacional foi implantada sob o regime da ditadura militar. Nesse sentido, a educação passou a adquirir novas configurações e finalidades. Saviani (2008) destaca que houve uma nova concepção que adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar.

Essa concepção foi baseada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2008, p. 297). Esse período sombrio fez com que a educação brasileira ficasse voltada para as elites, apresentando um alto índice de analfabetismo entre as classes populares.

Por este motivo, é necessário discutir a qualidade da educação brasileira para todos, o que perpassa um apanhado histórico, sobretudo, para trazer à tona a origem dos principais problemas que assolam o sistema educacional brasileiro. Sobre essa problemática, Silva, Silva e Gomes (2019, p. 807) destacam que:

O debate sobre a qualidade da educação é complexo e intenso. A sinalização da oferta da educação pública de boa qualidade é relativa, isso porque as comunidades local e escolar espalhadas pelo País são heterogêneas e têm percepções e anseios distintos sobre o que define a qualidade da educação.

Desse modo, é importante ouvir aqueles que estão envolvidos diretamente com a escola. Constantemente a comunidade escolar fica alheia as decisões que são tomadas por gestões autoritárias que buscam atender expectativas de cunho político. Por isso, trazer este debate para o interior da escola oportuniza a tomada de decisão de uma forma mais consciente desnudando o projeto onde todos podem avaliar os prós e contras.

Em outras palavras, é preciso que a comunidade escolar compreenda os aspectos históricos envolvidos na educação, que são reflexos da cultura social existente. Nóvoa (1994) destaca que as tendências que emergem na História da Educação, enlaçadas às novas correntes historiográficas e à História Cultural, propõem uma análise das relações entre a educação, cultura e a sociedade indicando a necessidade de um olhar mais apurado voltado aos processos internos à escola suas práticas e relações com a sociedade e seus reflexos na cultura.

Nas palavras de Dourado e Oliveira (2009, p. 201):

Debater tais questões remete à apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras.

Em outras palavras, o debate aberto é uma necessidade na atual conjuntura, pois as relações sociais são determinantes na educação. Além disso, observa-se uma crescente adesão entre pais, estudantes e profissionais da educação pela escola cívico-militar. Ou seja, se é um fenômeno social e que está

atingindo parte dos envolvidos na escola pública, torna-se urgente promover amplo debate para que todos consigam entender de fato quais são as reais intenções desse projeto.

No entanto, é preciso lembrar que a militarização das escolas no país não é nenhuma novidade, porém é necessário diferenciar esta atual proposta daquela que envolve os Colégios Militares do Exército, que pertencem ao Sistema de Colégios Militares do Brasil, ou dos colégios de corporação com a Polícia Militar, a exemplo a rede Tiradentes de Minas Gerais. Nestas instituições já existentes, desde o início do século XX, a estrutura, filosofia, objetivos e concepções de aprendizagem vão além de simplesmente o comando administrativo da escola e a nova proposta é somente o controle administrativo, como forma de controle e vigilância.

Sobre a atual proposta, o presidente do país, no dia cinco de setembro de dois mil e dezenove, lança o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com a intenção de implantar 216 escolas de Educação Básica em todos os estados até 2023 (AMARAL, 2019). Chega a ser algo provocativo lançar o PECIM próximo a data comemorativa da independência do país, pois é notória a finalidade desse programa, que visa o controle social.

Segundo Garrido (2020), as escolas cívico-militares são aquelas que seguem uma organização militarizada desde sua criação, ou ainda quando ocorre a transferência administrativa de escolas pré-existentes para comandos militares.

Em seu discurso, no ato da criação do referido programa, Jair Bolsonaro desconsidera os princípios democráticos e de forma tendenciosa, a fim de impor sua concepção acerca da escola ideal, que demonstra seu autoritarismo. Ele afirma que:

Me desculpa, não tem que aceitar não. Tem que impor. Se aquela garotada não sabe na prova do PISA regra de três simples, interpretar texto, não responde pergunta básica de ciência, me desculpa, não tem que perguntar ao pai e responsável nessa questão se quer escola com uma, de certa forma, militarização. Tem que impor, tem que mudar (AMARAL, 2019, sp).

A imposição de transformar a escola pública atual de acordo com sua concepção de escola ideal, está muito distante do que pensa grande parcela da população, a qual é imposta e jamais consultada. Como destaca Amaral (2019), os representantes da sociedade que discordam do projeto serão pressionados a ponto de não ter o direito de opinião, para que de uma forma ou de outra haja a implantação do referido projeto.

Lima (2019), destaca o pronunciamento do então ministro da educação Abrahan Weintraub: “Até agora, 16 unidades da federação, mais o Distrito

Federal, pensaram no seu povo”<sup>4</sup> e demonstraram interesse no programa, que basicamente pagará o salário de militares para colocar ‘ordem’ e eliminar a balbúrdia nas escolas.

É importante observar que o debate é sobretudo ideológico, razão que pode explicar a adesão de alguns membros da sociedade, e, até mesmo, profissionais da educação ao projeto de militarização da administração de escolas públicas. Esse fato vai ao encontro do pensamento de Freire (2019, p. 65):

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada e de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, caiu no indiferentismo fatalisticamente cínico que leva ao cruzamento de braços.

Deste modo, a sociedade precisa estar atenta e contrapor esse desejo do governo. Conforme cita Freire (2019), todo indivíduo precisa ser ativo e crítico na defesa da democracia. No entanto, os conflitos entre sociedade civil e o estado são sempre tensos e permeados por disputas. Cabe ressaltar que governo e sociedade não possuem forças equivalentes, mesmo sendo balizadas por motivações políticas, apresentam objetivos diferenciados.

Cunha (2019) destaca que Jair Messias Bolsonaro, ainda na condição de candidato, antes do segundo turno das eleições de 2018, apresentou um Manifesto à Nação da Frente Parlamentar Evangélica, no qual sinalizava os rumos que daria à educação caso eleito. Esse manifesto deixa claro a insatisfação dos parlamentares da frente evangélica, que fazem exigências ao então candidato ainda. De acordo com as palavras de Cunha (2019, p. 644):

Os parlamentares evangélicos exigiam uma revolução na educação. A escola deveria funcionar sem ideologia e sem partido, nem admitir a ideologia de gênero, que teria sido “inventada” pelo Partido dos Trabalhadores e demais frações da esquerda autoritária para subverter os valores e princípios da civilização, condição prévia para instituir uma ditadura, escravizando as consciências pela força do Estado.

Cunha (2019) destaca que, por ser um compromisso firmado com um grupo de apoiadores, após sua eleição, o presidente passa a construir uma narrativa que a educação pública brasileira não apresenta resultados satisfatórios e avança na direção de implantar o projeto de militarização das

---

4 O discurso do então ministro na época sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares também está disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/doi-codi-vai-as-salas-de-aula-na-era-das-escolas-militarizadas/>

administrações das escolas públicas. Zan e Krawczyk (2019) corroboram essa constatação, pois destacam que a eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado do exército brasileiro, provocou um movimento intenso por parte do governo federal para demarcar a presença dos militares em diferentes setores de seu governo e, principalmente, na educação.

Em vários atos, o atual governo mostrou-se autoritário em suas ações. Contudo, um fato em especial escandalizou a sociedade de uma forma geral e foi alvo de manifestações de todas as esferas sociais. Como nos relata Cunha (2019, p. 645):

Seu primeiro ministro da Educação, Ricardo Velez Rodrigues, protagonizou um ato sem precedentes, nem mesmo na ditadura empresarial--militar, envolvendo atividades cívicas nos estabelecimentos escolares. Em 25 de fevereiro de 2019, enviou mensagem a todas as escolas públicas e privadas do País, pedindo que os alunos fossem perfilados às segundas-feiras, e cantassem o Hino Nacional. Para completar, deveria ser lida a carta do ministro com o lema da campanha de Bolsonaro: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. A gravação dos eventos deveria ser enviada ao Ministério, procedimento consistente com o reivindicado pelo movimento Escola sem Partido, o que resultaria, na prática, no mais ostensivo partidarismo.

O ato descrito por Cunha (2019), expõe o motivo pelo qual professores, estudantes e organizações sociais passaram a rejeitar atos do governo e assim intensificaram-se as lutas. É importante observar que a luta entre movimentos sociais e governo não é estabelecida só pela qualidade educacional, mas principalmente por ideologia, fato que instala um clima de tensões e conflitos entre projetos políticos com visões opostas. Neste caso, a luta social passa a ser pela manutenção de direitos e participação social na tomada de decisões relacionadas à educação, ou seja, na defesa da gestão democrática da escola pública.

Além disso, Pinheiro, Pereira e Sabino (2019) destacam que o ano de 2019 foi marcado pelos cortes de verbas para a educação pública, enquanto o Governo Federal persiste na defesa de aumentar o número de colégios militares e de militarização das escolas públicas já existentes, isso como condição para uma suposta 'melhoria na qualidade da educação'. Como destaca Santos e Pereira (2019, p. 264): "Se o objetivo é ter um local seguro para educadores e educandos desenvolverem seu trabalho, parece-nos que o posto de comando do tenente-coronel não deveria ser a escola".

No entanto, é fundamental refletir de maneira aprofundada sobre as escolas cívico-militares. As mesmas se destacam pela rigidez disciplinar, fim da gestão democrática, organização obedecendo a hierarquia militar e apresentando uma concepção pedagógica voltada para atender as expectativas

de um pequeno grupo. Isso é evidenciado por Cunha (2019, p. 647): “Rituais disciplinadores, como exercícios de ordem unida e continência prestada a militares e professores civis, distinguem tais escolas das comuns”. A escola militar ou militarizada consiste em grandes desafios, entre eles é possível destacar o cerceamento da liberdade inerente ao desenvolvimento humano. Crianças, adolescentes e jovens, precisam ter autonomia. Contudo, a escola militar ou militarizada desrespeita a manifestação de seus gostos, costumes, cultura e valores, sendo ela incompatível com a liberdade necessária para a formação integral dos sujeitos.

O projeto em questão fere princípios constitucionais, como o Artigo 5º, que assegura “a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato, a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assim como a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988).

No entanto, para disfarçar o real interesse de controle social, o governo fortalece, entre sua base aliada, a ideia que a escola cívico-militar é necessária para conter a violência. Frigotto (2017, p. 20) faz uma ressalva importante na desconstrução deste argumento: “O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo”. Nesse entendimento, o argumento do governo é equivocado, pois não é a escola que precisa mudar em função da sociedade, tendo em vista que a mesma apenas reproduz o comportamento social da sociedade brasileira.

Basílio (2019) reforça a preocupação em relação a possíveis abusos cometidos nessa nova organização escolar. Já existem denúncias com aquela realizada por Anderson Pimenta Rodrigues, professor de Português, que declara ter sido agredido no colégio pelo tenente-coronel Augusto Cezar Paulo de Andrade, diretor do CPM 1. O professor denuncia que foi vítima de agressão física por ter se negado a assinar um livro de ocorrências que o acusava de três infrações. Alega ter levado um tapa na cara.

Outra afirmação realizada do governo é que as escolas cívico-militares apresentam melhor resultado, o que não condiz com a realidade, pois ao referenciar os resultados das notas do PISA de 2015, ranqueia o Brasil com outras nações com desempenhos similares, que supostamente investiram menores verbas (PINHEIRO; PEREIRA; SABINO, 2019). Esta comparação desconsidera uma série de fatores, entre eles as dimensões geográficas, as desigualdades sociais, bem como outras mazelas presentes na sociedade brasileira há décadas.

E por fim, mais do que nunca se faz necessário recorrer aos grandes mestres da educação brasileira que pavimentaram este caminho ao longo da história. Conforme Teixeira (2002, p. 34):

Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre

e sadio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes.

As palavras de Anísio Teixeira nos fazem refletir sobre a relação íntima entre educação e democracia. Reforça também que estamos na direção certa ao apresentar resistência ao projeto de militarização de escolas que tem por principal objetivo o desmonte da escola pública brasileira como um espaço livre e democrático.

Concluimos essa reflexão teórica apresentando o questionamento feito por Mendonça (2019): As escolas cívico-militares objetivam formar cidadãos ou soldadinhos de chumbo? Dizer sim, queremos formar cidadãos e por isso a educação será a resistência e não se renderá a um projeto que não atende a todos de forma igualitária. Portanto, ainda de acordo com Mendonça (2019), é preciso considerar o projeto da escola que vai além dos aspectos disciplinares, mas sim um projeto voltado para a formação integral do indivíduo.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo configura-se como descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa. Minayo (2006) define esse tipo de abordagem como um mecanismo capaz de permitir maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos investigados.

O estudo foi realizado com professores e estudantes pertencentes a uma escola pública da rede estadual de ensino, localizada no município de Vila Rica/MT, no intuito de compreender os respectivos posicionamentos diante da possibilidade da militarização da gestão escolar. Cabe esclarecer que a escola, desde 2019, está sob análise para que se transforme em escola cívico-militar. Essa investigação ocorreu em janeiro de 2020.

O município de Vila Rica/MT está localizado a cerca de 1.320 Km da capital. A cidade é perpassada pela BR 158, que integra os municípios mato-grossenses ao sul do Pará e Tocantins, sendo esses os estados limítrofes de seu território. O município tem 15 escolas, sendo 02 estaduais, 12 municipais e 01 particular, além de um campus Universitário do Médio Araguaia da UNEMAT, no qual também está instalado um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Essa escola, escolhida para a investigação, iniciou suas atividades escolares em 2004. Atualmente atende a Educação Básica, em especial o Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo o primeiro nível citado com implantação imediata e o segundo com implantação gradativa. Possui 10 salas de aula na sede e 08 salas anexas distribuídas na zona rural.

Demo (1985, p. 23) afirma que “pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”. Assim, optou-se pela realização da pesquisa entre os sujeitos pertencentes a essa comunidade escolar. Foram 29 pessoas que participaram da pesquisa, sendo 07 professores e 22 estudantes, todos eles matriculados no período noturno e que cursam o Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). A opção por estes estudantes da EJA se deve ao fato de serem maiores de idade.

Como instrumento utilizado para coletar dados, foi elaborado um questionário, que, de acordo com Hill e Hill (2012), a clareza, a concisão e adaptação ao público-alvo são fundamentais na elaboração das questões para compor um questionário. O questionário foi elaborado contendo 4 questões abertas.

As perguntas realizadas foram as seguintes: 1) Você considera a escola pública como um espaço democrático e de livre pensamento, capaz de formar cidadãos críticos para viver em sociedade? Justifique. 2) Quais aspectos são necessários melhorar na educação para que a escola desempenhe seu papel de agente de transformação social? 3) Você gostaria que nossa escola adotasse o modelo cívico-militar? Justifique. 4) Diferencie uma escola cívico-militar de uma escola pública atual apresentando os aspectos positivos e negativos de ambas.

Os investigados receberam o questionário impresso, após terem aceitado participar de maneira voluntária da investigação. Para garantir o anonimato dos investigados, os nomes foram substituídos por algarismos alfanuméricos, da seguinte maneira: Investigado1 (I1), investigado 2 (I2), investigado 3 (I3), e assim consecutivamente.

Os dados foram analisados de maneira a extrair a opinião dos investigados sobre as características da escola pública regular e da escola cívico-militar, o que possibilitou a construção de argumentos para a produção deste texto. A análise e discussão dessas respostas foram realizadas sob a luz do referencial teórico, que fundamentou esse estudo. Os dados coletados foram considerados por meio da análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2002), estabelecendo categorias tais como: conectividade, valorização profissional, mudança curricular, disciplina.

As categorias foram elencadas por meio das leituras realizadas durante o levantamento bibliográfico e subsidiaram a compreensão dos principais aspectos abordados na interpretação dos resultados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao serem questionados sobre considerar a escola pública como um espaço democrático e de livre pensamento, capaz de formar cidadãos críticos para viver em sociedade, foram 24 dos investigados responderem sim. Estes dados coadunam com a ideia de Saviani (2008), de que a sociedade busca

aprimorar o projeto educacional existente de forma participativa. Isso fica explícito na resposta do I3: “A convivência social na escola pública possibilita a troca de experiência entre diversas raças, etnias e isso promove o respeito e a valorização das diferentes culturas”.

Ao analisar esta resposta, é importante ressaltar que cada escola é única e, deste modo, o projeto educacional precisa emergir da mesma, como forma de articular os saberes nos diferentes contextos. Ressaltamos a importância de refletir sobre a valorização cultural no contexto escolar. O I20 afirma que: “Na escola nos moldes atuais possibilita enxergar o outro como ele é, pois todos tem a liberdade de se expressar e assim é possível capacitar o estudante para viver em sociedade.” Importante destacar que os estudantes se sentem acolhidos pela escola nos moldes atuais de gestão democrática. Como destaca Souza (2017), os problemas nela existentes são profundamente humanizantes e trazem para o estudante a possibilidade de se posicionar criticamente.

Foram apenas 02 investigados responderam sim com ressalvas isso fica explicitado nas respostas como a de I25: “Defendo a escola pública com espaço democrático e de livre pensamento, contudo, penso que a escola deve ampliar o diálogo com os estudantes. Existem casos que podemos ver protecionismo de um em relação ao outro. Defendo o tratamento igualitário entre todos estudantes”.

Essa afirmação confirma o que pensa Souza (2019), de que os movimentos sociais lutam contra políticas hegemônicas e deste modo luta por um projeto democratizante e participativo. No entanto, cabe ressaltar que há adesão de parte da sociedade civil pela militarização das escolas públicas. Desta forma, é preciso ampliar o debate no sentido de construir políticas públicas que abarcam as demandas sociais de uma forma íntegra. É fato que, embora muito tenha sido feito para transformar a escola em espaço em que haja liberdade de expressão há ainda quem não se sinta contemplado.

Por fim, foram 02 respondentes que manifestaram ser totalmente desfavoráveis à militarização da escola, o que fica exemplificado na resposta do I28: “Nem todos tem direito a voz, muitos não são ouvidos.” Da mesma forma se posiciona I29 sob a alegação: “Para que a escola seja de fato um espaço democrático, é necessário que a tomada de decisões seja feita com a participação dos estudantes e não é o que acontece na escola militarizada.”

Nas afirmações expressadas pelos participantes, temos uma confluência com Teixeira (2002, p. 34): “Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de *causae efeito*”. Por isso, a escola ainda precisa resistir ao desmonte da gestão democrática e fortalecer a ampliação do espaço de debate público. Desta forma, firma-se diante da sociedade como um espaço democrático capaz de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e desigual.

Quando questionados sobre quais aspectos são necessários melhorar na educação para que a escola desempenhe seu papel de agente de transformação social, os investigados manifestaram sua opinião de forma contundente acerca de diferentes aspectos, entre eles “a estrutura física”, como destacou I2. Outro aspecto mencionado foi a falta e recursos públicos na educação a exemplo do que disse I27: “O sistema educacional brasileiro encontra-se em decadência há décadas e isso se dá devido ao descaso do poder público com a educação que ano após ano subtrai recursos da educação.”

Essa resposta vai ao encontro das palavras de Souza (2019, p. 5), ao afirmar que “é na sociedade civil que as lutas por liberdade e justiça social, em meio à correlação de forças e ideologias, demarcam a democracia.” Sendo assim, a escola tem um papel preponderante no enfrentamento das injustiças sociais. Além disso, historicamente o governo e a sociedade travam lutas por direitos muitas vezes com forças desiguais. Nesse sentido, é importante salientar que a democracia é fruto da luta encampada pela sociedade que precisa estar sempre disposta ao enfrentamento para que não haja retrocesso social.

Aspectos como a falta de conectividade foi destacada pelo I21: “Hoje o mundo inteiro é conectado e a escola sequer possui um laboratório de informática. De certa forma o ensino que o estado nos oferece é defasado e isso não compete ao professor mudar”. A ausência de material didático foi mencionada no complemento da resposta de I2: “A escola sequer disponibiliza livros para que o estudante possa levar para casa, temos apenas livros para o uso na escola e de forma compartilhada”.

De acordo com Saviani (2008, p. 294): “Controlando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas o regime militar deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje”. Esse legado afeta diretamente a educação, pois durante a ditadura houve a precarização da escola pública em detrimento da flexibilização para a iniciativa privada explorar economicamente as atividades educacionais.

Outro aspecto destacado foi a falta de valorização profissional, explicitada na resposta do I16: “A falta de investimento na capacitação profissional deixa o professor com baixa autoestima e isso reflete na qualidade da aula ofertada e impacta diretamente na formação do estudante”. Freire (2019, p. 66) destaca que: “Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e a educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles”.

Em outras palavras, a luta pela valorização da profissão docente necessita ser encampada por todos os entes envolvidos na educação e não apenas pelo professor. É fato que, ao articular as repostas dadas pelos participantes com o pensamento de Freire (2019), é possível fazer uma análise de conjuntura, voltada

para a trajetória dos professores ao longo da história deste país, marcada por lutas, conquistas e agora pela defesa da profissão.

Mudança curricular foi destacado na resposta do I12: “A escola precisa se pautar na perspectiva de vida do estudante e deste modo trabalhar conteúdos relacionados a diferentes projetos”. De certa forma, o apontamento de I12 vai ao encontro do pensamento de Nóvoa (1994), que afirma haver relações entre a educação, cultura e a sociedade revelando a importância de um olhar individualizado voltado aos processos internos à escola suas práticas e as relações entre sociedade e cultura, o que só pode ser realizado pela atuação em cada unidade escolar. Sendo assim, é possível fazer uma análise que, na busca desse ideário, a escola precisa ser um espaço livre e democrático, onde o professor tenha direito de se manifestar livremente e assim oferecer uma educação universal e emancipatória.

A disciplina também foi apontada como um ponto frágil da escola, como exemplifica I24: “A escola deve ter a disciplina como prioridade de punir com rigor aqueles que porventura se recuse a cumprir as normas da escola”. Eis que o tema central da discussão volta à cena, ou seja, “a sociedade ainda não rompeu o problema da tensão entre a autoridade e a liberdade” (FREIRE, 2019, p. 103).

Quanto ao questionamento: “Você gostaria que nossa escola adotasse o modelo cívico-militar?” as repostas foram divididas entre os 29 investigados, pois 16 deles responderam não a militarização da escola, 11 responderam de forma favorável ao projeto, enquanto 02 dos investigados se abstiveram da resposta. Os motivos alegados contrários ao projeto são diversos e versam principalmente pela defesa da democracia e liberdade o que pode ser constatado na resposta do I13: “Não, quero que minha escola vire um campo militar, quero vir para a escola e ter liberdade de me expressar”.

O investigado I20 associa a rigidez do método militar à consequências na saúde mental: “Não, pois a rigidez adotada por militares pode provocar transtornos mentais nos estudantes, por cercar a liberdade que temos hoje de nos expressar”. Outro investigado destaca que a escola já possui regras disciplinares: “Não, precisamos de mais regras, precisamos de apoio e incentivo do governo para melhorar a qualidade do ensino” (I1). Os dados nos apontam que as escolas cívico militares impõem regras exacerbadas no sentido de manter o controle e a disciplina.

De acordo com Cunha (2019, p. 647), no ideário difundido com a população, “a disciplina militar forma bem o caráter das crianças e dos jovens, a começar pelo controle dos corpos: cabelos cortados e presos, proibição de tatuagens e piercings, saias abaixo dos joelhos; namoro e manifestações de afeto proibido na escola e nos arredores”.

A população, muitas vezes acrítica, acredita que a mudança de algum hábito no vestir ou no proceder, como entoar o Hino Nacional, são fatores

determinantes na formação do indivíduo. A ideologia militar também foi criticada quanto a episódios de preconceito com a população LGBTQI+. Nas palavras de I28: “Não, pois na escola hoje temos a liberdade de ser aquilo que escolhemos ser. Os militares não respeitam a diversidade sexual e por isso temo por mim e por meus colegas na mesma condição”. O cerceamento da liberdade é um fator influenciador diante da possibilidade de militarização da escola fatos que coadunam com o que afirma Lima (2019, [s.p.]) destaca no blog da cidadania:

[...] 120 denúncia de abusos morais e sexuais, além de violências físicas praticadas por militares que trabalham nas unidades contra professores, estudantes e familiares. Os casos acumulam-se ao menos desde 2015 e só foram encaminhados ao Ministério Público estadual no início do mês, depois de o deputado Fausto Júnior, do PV, convocar uma audiência pública na Assembleia Legislativa e expor a situação das vítimas.

Outro fator constatado foi o aspecto excludente da escola militarizada, que não atende todas modalidades existentes hoje nessa escola, conforme ressalta I14: “Não, pois a escola cívico-militar não atende a modalidade EJA, tampouco oferece ensino noturno o que inviabiliza o acesso à escola de muitos que trabalham durante o dia para prover o sustento da família.” Outro investigado, I21, afirmou: “Não, porque muitos que aqui estão terão que mudar de escola e o município não oferece outra escola, além daquela que já está superlotada”.

De acordo com os respondentes, as afirmações reforçam o que nos diz Freire (2019, p. 103), sobre que a “liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor e do estado”. Os investigados que alegam a supressão de vagas compreenderam que a implantação e a reformulação no sistema de ensino não foram ofertadas por nenhum governo e sim pelos intensos esforços dos movimentos de luta pela democratização da educação de qualidade, como um mecanismo capaz de promover equidade social.

A última pergunta questionou sobre a diferença entre os dois projetos de escola, cívico-militar e a pública atual com gestão democrática. Também foi solicitado que apresentassem aspectos positivos e negativos de ambas. A diferença entre os dois projetos não é identificada com clareza pelos investigados, o que fica explicitado na resposta dada por I16: “A escola cívico militar tem a gestão realizada por militares e tem como aspecto positivo a disciplina e não apresenta aspecto negativo. Já a escola pública atual apresenta como aspecto positivo a liberdade e como aspecto negativo a indisciplina.”

Essa resposta indica uma concepção distinta acerca do sentido da educação, que vai muito além de meros acordos disciplinares. Desta forma, o entendimento de I16 é no sentido contrário com o que está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, que assegura a livre

manifestação do pensamento e a liberdade de expressão sendo assim a escola precisa valorizar o princípio da liberdade como algo inviolável (BRASIL 1988).

Assim sendo, a sociedade precisa lutar para que escola pública permaneça como sempre foi: um espaço de luta contra as hegemonias, em defesa do pluralismo cultural e de participação de todos nas decisões. Portanto, naturalmente ela se constitui um espaço de resistência e luta, no intuito de reduzir os imensos abismos sociais, que já estavam sendo enfrentados por meio de políticas públicas nas últimas décadas, que promoveram a inserção de muitos na escola. Deste modo, a defesa é por uma escola inclusiva, democrática e livre, que proporcione a ascensão social de muitos filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras.

A pesquisa ilustra a visão distorcida que a sociedade tem sobre os dois projetos de escola, como se a militarização e a disciplina fossem a solução para os problemas existentes. Nas palavras de I13: “A escola militar apresenta um regime rígido, quem não cumpre as regras é expulso. A escola pública atual oferece direito a voz dos estudantes”. O I20 destaca: “A escola militar tem regras e organização, mas discrimina por meio do processo seletivo. A escola pública atual possibilita a socialização entre todos; ricos, pobres, negros e branco. Porém, deveria se ater mais a disciplina”.

Diante dos dados, a análise que se faz é que as divergências entre os dois projetos de escola levam a seguinte reflexão:

O irônico é que a justificativa para repassar as escolas para a gestão da Polícia Militar é a diminuição da violência. As escolas selecionadas estão localizadas em sua maioria na periferia, onde há altos índices de homicídios, ou seja, nos locais em que a polícia não desempenha seu papel constitucional de garantir a ordem pública e a segurança (SANTOS; PEREIRA, 2019, p. 264).

Partindo deste princípio, há de se considerar que existe lugares onde a atuação da Polícia Militar é fundamental. No entanto, é necessário delimitar a área de atuação de cada profissional, seja professores ou militares, pois cada qual atuando em sua área poderão promover melhorias para a sociedade. E, por fim, um aspecto de extrema relevância foi apresentado a gratuidade do ensino. A escola cívico-militar impõe despesas financeiras às famílias, entre elas a obrigatoriedade do pagamento de taxa de matrícula e compra de uniforme. Demandas que seriam fatores impeditivos para muitos estudantes que queiram adentrar, mas as condições financeiras os impedem. Além de ferir um direito constitucional de gratuidade e acesso universal, isso revela uma sociedade que apresenta imensos abismos sociais e favorecimento de classes.

Isso fica evidenciado na resposta do I9: “Hoje não pago nada para estudar, até meu uniforme é vendido por valores simbólicos e para entrar na escola militar tem que pagar taxas e comprar uniforme caro minha família e de

muitos colegas não tem condições financeiras”. Enquanto I14 discorre sobre a exclusão social evidenciada na sociedade: “A melhor escola é aquela que não cobra, pode haver outra melhor, mas não terei condições de acesso” enfim, temos mais uma vez escancarada a realidade diante de nossos olhos o projeto da escola cívico-militar não atende toda a sociedade é um projeto elitista que aprofundará ainda mais as desigualdades.

Deste modo é possível fazer uma análise confrontando as palavras de Frigotto (2017, p. 20) a elite brasileira é “a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital”. A resistência ao projeto da militarização de escola se justifica no comprometimento e na busca da igualdade social (BASÍLIO, 2019).

Isso corrobora o posicionamento de Mendonça (2019) e Zan e Krawczyk (2019) que consideram esse fenômeno ou luta ideológica um verdadeiro ataque à escola pública e à democracia, pois se trata de uma forma de controle social. Todavia, é necessário redobrar os esforços de todos por uma educação democrática, livre e emancipatória, pautada nos direitos sociais. A educação é um direito de todos, ou seja, não admitiremos esse movimento de desmonte da educação pública.

O Art. 2º do decreto nº 10.004 de 5/9/2019 destaca oito incisos, dentre os mesmos defende a escola cívico-militar como escola regular dos sistemas estaduais, municipais ou distrital que aderir ao PECIM. Destaca que o sistema Federal de Ensino sob a tutela do Ministério da Educação não criará diretamente nenhuma escola vinculada ao programa, diferente, portanto, da ideia original de campanha, de criação de escolas militares em cada uma das capitais. O apoio do Governo Federal será restrito aos subsídios técnicos e financeiros às escolas que aderirem ao programa.

Nesse sentido, podemos questionar se de um lado temos a escola pública agonizando diante do contingenciamento de gastos e de outro a escola cívico-militar tendo investimentos do governo federal, o que evidencia a intenção do governo em desmontar a escola pública de gestão democrática. Ou seja, a real finalidade deste projeto de poder é o controle social, pois fica restrito ao que envolve a administração das escolas e não para favorecer a qualidade do ensino ofertado, até mesmo porque o corpo docente será o mesmo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo de escola proposto pelo projeto cívico-militar é pautado na disciplina e na ordem, cuja gestão é exercida por militares. Nota-se que é um projeto excludente, pois atende apenas anseios de uma ala ideológica da sociedade, que associa educação ao projeto político de poder, que visa impor o rigor militar nas escolas brasileiras, o que acaba por restringir sua autonomia. A realização deste estudo permitiu analisar as percepções dos estudantes e os

professores dessa escola estadual de Vila Rica/MT, sobre a escola pública de gestão democrática e a possibilidade de militarização desse espaço educativo.

Constatou-se que ampla maioria dos investigados, cerca de 85 %, considera a escola pública atual como um espaço democrático e de livre pensamento, capaz de formar cidadãos críticos para viver em sociedade. Outro aspecto levantado foi a defesa da escola pública nos moldes como está, de gestão democrática, porém com maior responsabilidade por parte do governo na implementação de recursos voltados a manutenção e melhoria da mesma.

Também foram diferenciadas a escola cívico-militar da escola pública atual, nos seguintes aspectos: possibilidade de acesso, liberdade de expressão, autonomia da comunidade escolar e qualidade de ensino. Um último aspecto constatado foi que são poucos estudantes que gostariam que essa escola adotasse o modelo cívico-militar. Os dados apresentados reforçam a ideia que a comunidade escolar é livre e autônoma no pensar, que compete a ela dizer não a militarização da referida escola, caso for esse o entendimento da maioria.

Portanto, considera-se que os integrantes dessa escola buscam construir coletivamente o projeto da escola de uma forma participativa. A respeito dos modelos de escola existentes no país (atual e cívico-militar), é preciso realizar um amplo debate sobre o verdadeiro objetivo de militarizar a gestão das escolas públicas, que é obter o controle social, dentro de um projeto de poder. É preciso que a sociedade compreenda que o projeto não visa a qualidade da educação, pois sequer mudará o quadro docente, a estrutura física ou o currículo. Pelo contrário, esse modelo restringe a participação da comunidade escolar, que sequer é consultada no processo decisório, além de segregar os estudantes, aumentando assim os abismos sociais já existentes neste país.

Logo, essa reflexão precisa ser aprofundada, para que somente após compreender sobre esses modelos e suas respectivas finalidades, a comunidade escolar consiga ter maturidade para escolher a melhor maneira da educação acontecer. Continuaremos na defesa para que as escolas públicas brasileiras ofertem Educação Básica de qualidade e que sejam ambientes em que se busca a criticidade, a democracia e o livre pensamento como princípios fundamentais de desenvolvimento humana e exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciana. **Bolsonaro lança programa para implementar escolas cívico-militares**. UOL. São Paulo: 5 set. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/09/05/bolsonaro-lanca-programa-para-implementarescolas-civico-militares.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BASÍLIO, Ana Luiza. **DOI-Codi vai às salas de aula na era das escolas militarizadas**. Carta Capital. São Paulo: 13 out 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/doi-codi-vai-as-salas-de-aula-na-era-das-escolas-militarizadas>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.004**, de 5/9/2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Diário Oficial da União de 6/9/2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm)>. Acesso em 21 jul. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Religião, moral e civismo em curso: a marcha da socialização política. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 637-654, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1031>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática**. 59. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) *Escola "sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. Disponível em: <<http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GUSMÃO, Joana Buarque. Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. **Rev. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 100-124, jan./abr. 2013.

HILL, Manuela Magalhães; HILL Andrew. **A Investigação por questionário**. Lisboa: Sílabo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades-Vila Rica-MT**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vila-rica/panorama>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução Histórica da Educação Brasileira 1549-2010**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010.

LIMA, Jhonny. **O horror dos abusos nas escolas militarizadas do AM**. Blog da Cidadania. São Paulo: 13 out 2019. Disponível em: <<https://blogdacidadania.com.br/2019/10/o-horror-dos-abusos-nas-escolas-militarizadasdo-am>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MENDONÇA, Erasto F. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

NÓVOA, Antônio. **História da Educação**. Relatório apresentado à Faculdade de Ciências da Educação. Lisboa: Mimeo, 1994.

SANTOS, Catarina de Almeida; PEREIRA, Rodrigo da Silva. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/884>> acesso em: 23 jul. 2020.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, Givanildo da, SILVA, Alex Vieira da e GOMES, Eva Pauliana da Silva. O discurso da qualidade na educação: a voz dos professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 799-815, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/978>> Acesso em: 22 jul. 2020.

SCHEIBE, Leda.; CAMPOS, Roselane Fátima. Em defesa da educação pública: 30 anos da Constituição Federal. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 451-457, nov./dez. 2018. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/923/pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SOUZA, Maria Antônia de. ANPEd: rumo a meio século de lutas por educação e democracia. **Rev. Bras. Educ.**, 2019, v. 24. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-2478201924>>. Acesso em 06 fev. 2020.

PINHEIRO, Daniel C.; PEREIRA Rafael de.; SABINO, Geruza F T. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **RBP AE**. v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.21573/vol35n32019.95957>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Autonomia para a Educação**. In: ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). Anísio em Movimento. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.

ZAN, Dirce.; KRAWCZYK, NORA. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607-620, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1032>>. Acesso em: 22 jul. 2020.